

Educação no Alto e Médio/Baixo Jequitinhonha: panorama geral e propostas de ações

Juliana de Lucena Ruas Riani*
Ágnez de Lelis Saraiva*
Helena Teixeira Magalhães Soares*
Vanessa Lima Caldeira Franceschini**
Silma de Souza Evangelista***

Resumo

Este artigo analisa a educação básica, profissional e superior nos territórios do Alto e Médio/Baixo Jequitinhonha e considera aspectos relacionados ao acesso, cobertura, fluxo dos alunos, desempenho e aspectos relacionados aos professores. Na elaboração de seus indicadores, utilizou de dados secundários extraídos do IBGE, INEP e FJP. Para qualificar esses dados e entender melhor a situação educacional da região, realizou pesquisa de campo na região com entrevistas em profundidade e rodas de conversa com gestores, analistas pedagógicos e inspetores educacionais, além de oficinas participativas com representantes da sociedade civil organizada.

Palavras-chave: Educação, Vale do Jequitinhonha, Educação básica

Área temática 4: Políticas públicas e planejamento regional e urbano

*Fundação João Pinheiro (FJP)

**Pesquisadora Visitante/FAPEMIG

***Bolsista de Apoio Técnico (BAT)/FAPEMIG

Educação no Alto e Médio/Baixo Jequitinhonha: panorama geral e propostas de ações¹

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho se propõe a apresentar os principais resultados do Diagnóstico Propositivo do subeixo da educação², apresentando o panorama atual da educação nos territórios do Alto e Médio/Baixo Jequitinhonha, bem como a evolução recente e as desigualdades entre os municípios³. A análise de política educacional leva em conta a sua eficácia. Para isso, os dados de cobertura e de acesso aos sistemas de ensino, o fluxo dos alunos entre as séries, a garantia do aprendizado necessário a esses alunos, as condições de trabalho dos professores são centrais para a análise. Outros dados necessários são os níveis de analfabetismo e instrução da população adulta, que refletem não apenas a condição do sistema atual de ensino, mas também do passado recente. Por fim, a qualificação profissional da população local, medida por meio da educação superior e do ensino profissionalizante, apresenta-se como um importante indicador para a maior inserção no mercado formal de trabalho, com reflexos positivos na produtividade do trabalho e nos salários.

Dessa forma, os indicadores escolhidos captaram essas diferentes dimensões. As bases de dados utilizadas foram os censos demográficos, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), coordenado pela Fundação João Pinheiro, o Censo Escolar da Educação Básica, o Censo da Educação Superior, de responsabilidade do Ministério da Educação (MEC), e o Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Básica (SIMAVE), coordenado pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG).

A qualificação dos dados secundários foi feita através da pesquisa de campo na região, com entrevistas em profundidade, rodas de conversa nas superintendências regionais de ensino (SRE) de Diamantina, Almenara e Araçuaí⁴ com o dirigente, analistas pedagógicos e inspetores educacionais que acompanham a educação na rede estadual, nas redes municipais e nas escolas privadas. Foram realizadas, ainda, oficinas participativas em seis dos oito microterritórios⁵ que compõem esses dois Territórios de Desenvolvimento. Essas oficinas tiveram o objetivo de coletar mais informações sobre a realidade local, nos diferentes aspectos, e discutir as análises e propostas de intervenção diretamente com a população, ressaltando o caráter participativo do PDVJ.

A educação é um direito fundamental, determinado pela Constituição Federal de 1988, que tem impactos diretos tanto na qualidade de vida, amplia o acesso a bens simbólicos e culturais, desenvolvendo seu capital humano. Ademais, o desenvolvimento de uma região passa, entre outras coisas, pela expansão educacional. Esta influencia diretamente a produtividade dos trabalhadores,

¹ Os autores agradecem a Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) pelo apoio recebido para realização deste trabalho.

² Em 2017, a Fundação João Pinheiro (FJP), em parceria com a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), lançou o Plano de Desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha (PDVJ). Uma das etapas deste plano foi a confecção do Diagnóstico Propositivo em grandes áreas, quais sejam: Estrutura Produtiva e Meio Ambiente, Dimensão Social, Infraestrutura, Logística e Finanças Municipais. Esse estudo gerou um conjunto de proposições para a área educacional, que foram discutidas com representantes governamentais e da sociedade civil, nas oficinas participativas, cujas estratégias e ações estão no final deste trabalho.

³ A análise da situação educacional do Vale do Jequitinhonha foi um dos subeixos da Dimensão Social.

⁴ Em 2015, o Governo do Estado dividiu o estado de Minas Gerais em 17 Territórios de Desenvolvimento. Esse estudo contempla o Alto Jequitinhonha que é composto por 24 municípios e está dividido em dois microterritórios (Diamantina e Capelinha), e o Médio/Baixo Jequitinhonha que é composto por 35 municípios e está dividido em seis microterritórios (Araçuaí, Pedra Azul, Almenara, Itaobim, Felisburgo e Jacinto). Dos 59 municípios que compõem o Alto e Médio/Baixo Jequitinhonha, 53 estão distribuídos nessas três SRE.

⁵ As oficinas ocorreram nos municípios de Araçuaí, Pedra Azul, Almenara, Itaobim, Diamantina e Capelinha. Em Almenara também participaram os representantes dos microterritórios de Jacinto e Felisburgo.

contribui para o crescimento econômico, aumenta os salários, atrai investimentos do setor produtivo, diminui a pobreza e a desigualdade.

Importante salientar, que o nível educacional de uma população é resultante dos investimentos passados e recentes. Este é um cenário que impõe desafios para a sua superação, pois o Brasil possui déficits educacionais históricos. Por um lado, é preciso reduzir os baixos níveis educacionais da população mais velha, por outro, devem-se garantir o acesso e a qualidade da educação para as gerações mais novas.

Além dessa introdução, esse trabalho está dividido em mais seis partes. Na próxima seção são analisados os indicadores da educação básica, abordando aspectos como acesso e cobertura, escolaridade da população adulta, qualidade da educação e aspectos relacionados aos professores. Na terceira, são tecidas considerações sobre o ensino profissionalizante e em seguida sobre a educação superior. Na quinta parte, é apresentado um resumo da pesquisa de campo, destacando os principais pontos das entrevistas e rodas de conversa. Em seguida, são elencadas as principais propostas de intervenção na área de educação, propostas essas que foram discutidas nas oficinas participativas. Por fim, serão tecidas as considerações finais.

2 EDUCAÇÃO BÁSICA

2.1 Acesso e cobertura

O acesso e a cobertura do sistema educacional são analisados pelas taxas de atendimento por grupo etário⁶ e pelas taxas de escolarização líquida⁷ dos ensinos fundamental e médio. Esse último indicador é importante porque, além de captar o acesso a determinada etapa de ensino, consegue captar a trajetória regular do aluno.

A tabela 1 apresenta a taxa de atendimento para os grupos etários de 0 a 3 anos, 4 e 5 anos e 15 a 17 anos. Não foi considerado o atendimento da população de 6 a 14 anos porque o ensino fundamental já está praticamente universalizado em Minas Gerais, ou seja, cerca de 99% das crianças e adolescentes nessa faixa etária já estão na escola.

⁶ A taxa de atendimento escolar é a razão entre a população de determinada faixa etária que frequenta escola ou creche e a população total nessa faixa etária. Em geral, considera-se a faixa etária adequada para cursar determinada etapa de ensino, quais sejam: 0 a 3 anos para creche, 4 e 5 anos para pré-escola, 6 a 14 anos para o fundamental e 15 a 17 anos para o médio.

⁷ A taxa de escolarização líquida é a razão entre as matrículas das pessoas em idade adequada para estar cursando uma determinada etapa de ensino e a população total na mesma idade. Indica a porcentagem da população na faixa etária que está matriculada na etapa de ensino adequado.

⁸ Os dados da taxa de atendimento e da taxa de escolarização líquida foram extraídos do IMRS. A metodologia de cálculo do IMRS considera no numerador as matrículas constantes no Censo Escolar do Inep e no denominador a população do Censo Demográfico, para os anos censitários, e para os demais anos a população estimada, ambos fornecidos pelo IBGE. Ao se usar duas bases diferentes incorre-se no risco de sobrestimação e/ou subestimação em uma das bases. Porém, essa é a única forma de se calcular as taxas de atendimento e escolarização líquida para os municípios em anos que não são censitários.

Tabela 1: Taxa de atendimento escolar por grupo etário segundo território de desenvolvimento – Alto Jequitinhonha e Médio/Baixo Jequitinhonha e seus microterritórios – 2010/2014 (%)

Unidade Geográfica	0 a 3 anos			4 e 5 anos			15 a 17 anos		
	2010	2014	Variação (%)	2010	2014	Variação (%)	2010	2014	Variação (%)
Minas Gerais	13,1	17,4	32,4	63,9	68,9	7,8	89,9	85,0	-5,4
Alto Jequitinhonha	12,3	17,8	44,5	55,1	72,4	31,4	87,6	96,2	9,7
Capelinha	13,2	17,5	32,2	52,5	73,3	39,7	85,1	96,6	13,6
Diamantina	11,7	18,0	53,7	56,8	71,8	26,4	87,8	95,9	9,1
Médio/Baixo Jequitinhonha	10,1	13,5	33,7	55,9	63,4	13,3	85,4	87,0	1,9
Almenara	12,2	14,7	20,6	65,5	67,8	3,4	83,8	84,2	0,4
Araçuaí	8,8	13,6	54,1	56,7	61,2	8,0	90,0	91,1	1,2
Felisburgo	9,7	13,4	37,5	65,4	70,7	8,2	82,2	75,9	-7,6
Itaobim	9,2	12,4	35,0	41,4	54,2	30,8	84,1	96,8	15,1
Jacinto	12,9	17,2	33,5	68,6	71,5	4,2	84,0	72,4	-13,8
Pedra Azul	10,3	12,4	20,2	56,3	65,2	15,8	86,8	85,9	-1,0

Fonte: Dados Básicos: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS)*. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/produtos-e-servicos/2741-indice-mineiro-de-responsabilidade-social-imrs-2>>. Acesso em: junho de 2016. Elaboração: Fundação João Pinheiro

Com base nos resultados, observa-se que, embora a frequência das crianças de 0 a 3 anos tenha aumentado entre os períodos analisados, ela ainda é baixa tanto para os territórios do Alto e Médio/Baixo Jequitinhonha como para Minas Gerais. O atendimento das crianças nessa faixa etária está bem abaixo do estabelecido pela meta 1 do Plano Nacional de Educação⁹ (PNE), que é atender no mínimo 50% das crianças de 0 a 3 anos até 2024.

A pesquisa de campo revela que os municípios ainda não desenvolveram estratégias para alcançar a meta prevista para as crianças de 0 a 3 anos em função, entre outras coisas, do prazo estendido para o seu cumprimento. A principal preocupação dos municípios é alcançar a meta para a faixa etária de 4 e 5 anos, já que a meta 1 também estabelece o atendimento de 100% das crianças nessa faixa etária até o final de 2016. Apesar de não existir dados disponíveis para 2015 e 2016, em 2014, os dois territórios do Vale ainda não tinham alcançado os 100% de cobertura para as crianças de 4 e 5 anos.

No Médio/Baixo Jequitinhonha, os municípios com menor atendimento às crianças de 4 e 5 anos em 2014 eram Monte Formoso (41,6%), Francisco Badaró (46,3%), Novo Cruzeiro (47,1%) e Divisópolis (49,9%). No Alto Jequitinhonha, as menores taxas são encontradas em Santo Antônio do Itambé (32,5%) e Serra Azul de Minas (42,7%).

As entrevistas revelam as dificuldades de muitos municípios para atingirem a meta de atendimento das crianças de 4 e 5 anos até o final de 2016. O atendimento da zona rural aparece como um problema: em algumas áreas existem poucas escolas ou não existem, o custo para o transporte é alto e o transporte de crianças nesta faixa etária demanda cuidados. Ademais, a frota de veículos é restrita e inadequada para o atendimento a todas as faixas etárias, e a distância e as condições de infraestrutura das estradas ampliam as dificuldades.

Outro dado da pesquisa de campo mostra que, mesmo nos municípios onde aumentaram as taxas de atendimento das crianças de 4 e 5 anos, consta que esse atendimento é realizado muitas vezes de forma precária, em locais inadequados e em tempo parcial. A situação dos professores também preocupa, pois, grande parte deles não apresenta capacitação adequada para atuar em turmas multisseriadas, quando é o caso, e com formação em alfabetização. Apesar disso, os inspetores e analistas educacionais citaram exemplos exitosos na educação infantil. Segundo eles, os municípios que aderiram ao Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede

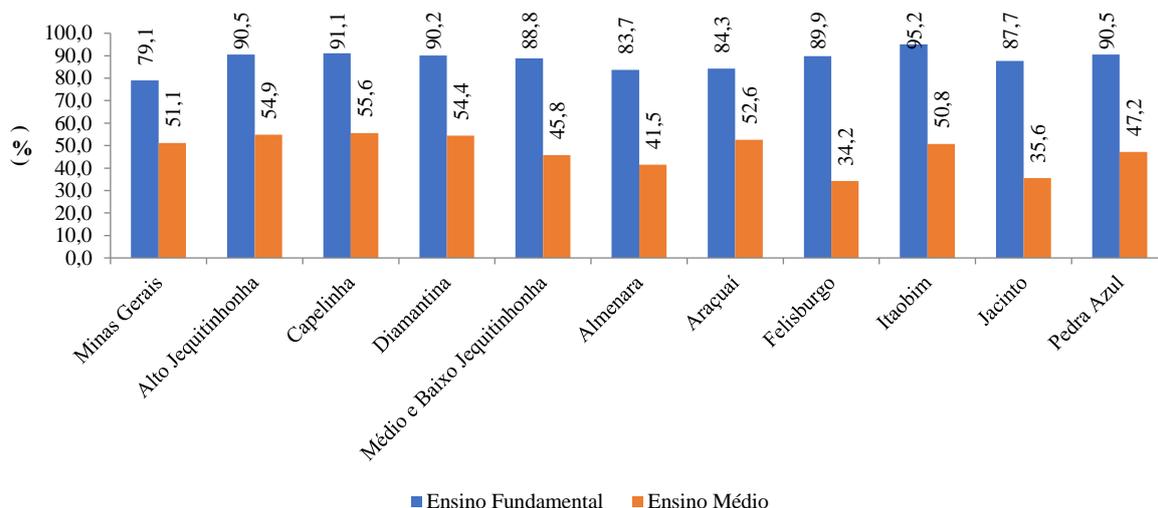
⁹ O PNE para o decênio 2014 – 2024 foi promulgado por meio da Lei Federal 13005/14, que apresenta 20 Metas e 254 Estratégias. O ensino infantil de crianças de 0 a 3 anos encontra-se na Meta 1. A institucionalização de planos decenais para educação escolar brasileira está prescrita no Artigo 214 da Constituição Federal.

Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância¹⁰) tiveram maior sucesso em aumentar a cobertura da educação infantil.

Quanto aos jovens de 15 a 17 anos, o atendimento nessa região é um pouco maior que no estado de Minas Gerais: 96,2% no Alto Jequitinhonha e 87% no Médio/Baixo. Os municípios de Rubim (68,3%), Jordânia (69,1%) e Jacinto (69,1%) apresentam taxas menores que 70%, os três pertencentes ao Médio/Baixo Jequitinhonha. No Alto Jequitinhonha, o município de Coluna é o que requer maior atenção em relação ao atendimento de jovens de 15 a 17 anos (74,6%).

Pode-se perceber, portanto, que a maior parte desses jovens está frequentando a escola¹¹. O problema maior é que eles são retidos no ensino fundamental, conforme pode ser verificado no gráfico 1. A taxa de escolarização líquida do ensino médio indica que o percentual de jovens frequentando a etapa de ensino adequada à sua faixa etária é baixa. No Alto Jequitinhonha, em 2014, 54,9% deles estavam no ensino médio, sendo que o Médio/Baixo Jequitinhonha apresenta percentual mais baixo, chegando aos 45,8%. O PNE estabelece em sua Meta 3 elevar, até 2024, a taxa de escolarização líquida do ensino médio para 85%. Com exceção de São Gonçalo do Rio Preto, com 85,5%, nenhum município nessa região atingiu essa meta. Os municípios com taxas mais baixas são: Salto da Divisa (25,6%), Joáima (30,8%), Bandeira (31,4%), Jequitinhonha (32,4%) e Coluna (34,1%). Com exceção desse último, os demais pertencem ao Médio/Baixo Jequitinhonha.

Gráfico 1: Taxa de escolarização líquida dos ensinos fundamental e médio – Alto Jequitinhonha e Médio/Baixo Jequitinhonha e seus microterritórios – 2014 (%)



Fonte: Dados básicos: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS)*. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/produtos-e-servicos/1/2741-indice-mineiro-de-responsabilidade-social-imrs-2>>. Acesso em: junho de 2016. Elaboração: Fundação João Pinheiro.

As entrevistas indicaram alguns fatores para o baixo atendimento dos indivíduos de 15 a 17 anos no ensino médio. Um dos problemas é a aprendizagem insuficiente nos anos iniciais do ensino fundamental (do 1º ao 5º ano) que resulta no baixo domínio da leitura e das operações matemáticas

¹⁰ O Proinfância é um programa do Governo Federal que destina recursos para os municípios por meio de convênios para a construção de creches e pré-escolas e a aquisição de equipamentos para a rede física nessa etapa de ensino.

¹¹ O fato da taxa de atendimento dessa faixa etária em 2014 ser maior nos dois territórios de desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha do que para a média de Minas Gerais pode causar estranhamento. Porém, algumas questões podem explicar esse fato. Primeiro, a metodologia de cálculo do IMRS considera duas bases distintas, o que pode causar eventuais distorções. Segundo, foi utilizada no denominador a população estimada para 2014 que pode estar subestimada, já que o Alto e Médio/baixo Jequitinhonha tiveram crescimento menor que a do Estado nos últimos Censos Demográfico, assim, quando se estima a população para 2014, essa tendência é considerada. Outra questão que deve ser levada em consideração é que um dos condicionantes do Bolsa Família é a frequência escolar da população de 6 a 17 anos e nesses dois territórios de desenvolvimento há muitas famílias beneficiadas.

por parte dos adolescentes que chegam aos anos finais do ensino fundamental (do 6º ao 9º ano). Conforme informações coletadas nas SREs visitadas, o processo de municipalização¹², em alguns casos, contribuiu para a precarização da oferta dos anos iniciais do ensino fundamental em função da falta de qualificação do corpo docente para a alfabetização. Com menor incidência, registraram-se também casos de recursos materiais insuficientes e compartilhamento dos equipamentos públicos estaduais sem a manutenção necessária, ou seja, baixo investimento por parte do poder público municipal.

Também foi apontado que a retenção dos adolescentes nos anos finais do ensino fundamental, que provoca a distorção idade/série, ocorre, entre outras razões, porque muitos jovens abandonam a escola movidos pela necessidade de acesso ao trabalho e a renda. Isto acontece no período de colheita do café e do corte de cana e não retornam à escola ao final desse período de trabalho. Esse abandono sistemático faz com que o jovem não consiga terminar o ensino fundamental e, quando alcança idades mais avançadas, evade da escola, por desmotivação e/ou necessidade de trabalhar. Para os entrevistados, a desmotivação em continuar os estudos ocorre porque os jovens não veem a educação como transformadora nas suas vidas, ou seja, não está associada ao seu projeto de vida e à perspectiva de ascensão profissional. Tal situação resulta no baixo nível de escolaridade da população, conforme será verificado na seção seguinte.

Para os entrevistados, programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) associados a cursos de educação profissional, tanto técnica quanto de qualificação, voltados para o mercado de trabalho, somado a programa de renda mínima para aqueles em situação de vulnerabilidade social, podem reduzir a distorção idade/série, além de motivar mais o aluno para os estudos e evitar o abandono. Outra solução possível apontada nos relatos orais é a reorganização de algumas escolas públicas rurais, de forma a ajustarem o calendário letivo diante da ausência de estudantes no período da colheita de café, conseguindo reduzir os índices de abandono.

2.2 Escolaridade da população adulta

A escolaridade da população adulta é resultado dos investimentos atuais e passados na educação. A despeito dessa questão, é a população adulta quem está apta ao trabalho, sendo, portanto, necessário saber o nível de escolaridade e pontuar ações que possam minimizar as deficiências existentes.

Um indicador importante para mostrar o nível de desenvolvimento socioeconômico de uma região é a taxa de analfabetismo¹³ da população adulta. As habilidades de leitura e escrita são fundamentais para a socialização dos indivíduos e a ausência delas dificulta o exercício da cidadania.

Na tabela 2 observa-se que, assim como Minas Gerais, os dois territórios do Jequitinhonha apresentaram queda na taxa de analfabetismo entre 2000 e 2010, com menor intensidade para o Médio/Baixo Jequitinhonha. Apesar dessa queda, ainda há um percentual considerável de analfabetos nesses territórios. Em 2010, o Alto Jequitinhonha registrou a taxa de analfabetismo de 17,5%, cerca de 38 mil pessoas analfabetas. Os municípios de Rio Vermelho (26,9%) e Serra Azul (26,6%), pertencentes ao microterritório de Diamantina, apresentaram o maior percentual de indivíduos analfabetos. Em seguida, destacam-se os municípios de Chapada do Norte (24,8%), pertencente ao microterritório de Capelinha, Senador Modestino Gonçalves (24,2%) e Santo Antônio do Itambé (23%), ambos do microterritório de Diamantina, e Minas Novas (23%), do microterritório de Capelinha. Os municípios de Gouveia (8,4%), Diamantina (9,2%) e Datas (10,6%), todos do microterritório de Diamantina apresentam as menores taxas.

Por sua vez, o Médio/Baixo Jequitinhonha registrou em 2010 uma taxa de analfabetismo de 23,9%, aproximadamente 82 mil pessoas de 15 anos ou mais eram analfabetas. Nesse território, o analfabetismo ainda é um problema a ser enfrentado em todos os municípios, pois dos 35 municípios

¹² Transferência para os municípios a execução da educação escolar dos anos iniciais do fundamental como determinação da Lei 9394/96 e da Constituição Federal.

¹³ A taxa de analfabetismo mede o percentual de pessoas, usualmente a partir de 15 anos de idade, consideradas analfabetas, ou seja, que não sabem ler ou escrever um bilhete simples.

pertencentes a esse território, apenas três possuem taxa menor que 20%. O menor percentual é o do município de Araçuaí (17,3%), que ainda é considerado um patamar alto. O microterritório de Araçuaí apresenta a menor taxa de analfabetismo e os cinco municípios com as menores taxas. No outro extremo, o município de Bandeira apresenta 30,6% da sua população acima de 15 anos de idade analfabeta, e em segundo Mata Verde (30,1%), ambos do microterritório de Almenara. Em seguida, aparecem os municípios de Palmópolis (29,5%), Santo Antônio do Jacinto (29,4%) e Monte Formoso (29%).

Tabela 2: Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais – Alto Jequitinhonha e Médio/Baixo Jequitinhonha e seus microterritórios – 2000/2010 (%)

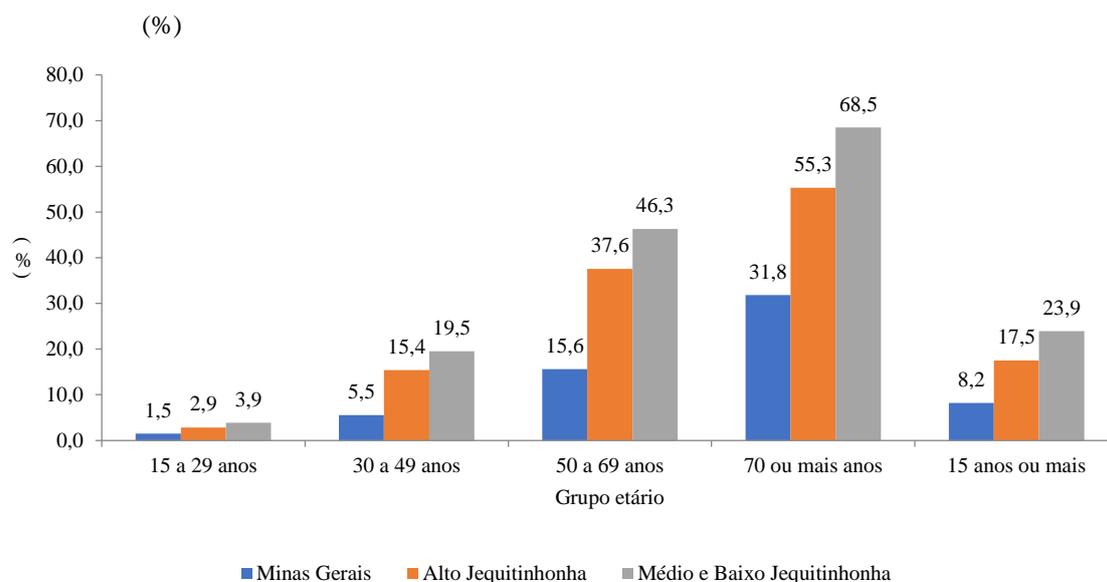
Unidade geográfica	2000	2010	Varição (%)
Minas Gerais	11,5	8,2	-28,5
Alto Jequitinhonha	24,7	17,5	-29,2
Capelinha	28,7	20,1	-30,0
Diamantina	22,5	15,9	-29,2
Médio/Baixo Jequitinhonha	30,7	23,9	-22,2
Almenara	32,2	25,3	-21,4
Araçuaí	26,3	19,3	-26,7
Felisburgo	32,9	26,8	-18,5
Itaobim	32,8	25,4	-22,5
Jacinto	33,3	27,7	-17,0
Pedra Azul	30,0	23,2	-22,7

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000/2010 (microdados da amostra). Elaboração: Fundação João Pinheiro.

O analfabetismo é maior entre os idosos, pois se sabe que esse segmento populacional foi exposto a um sistema educacional mais excludente, ou seja, com menor acesso. Tal fato pode ser percebido no gráfico 2, em que são apresentadas as taxas de analfabetismo por grupo etário para o ano de 2010. Apesar da taxa de analfabetismo ser maior entre a população idosa, é preocupante o fato de 19,5% da população de 30 a 49 anos ser analfabeta no Médio/Baixo Jequitinhonha e 15,4% no Alto, valores acima do verificado em Minas Gerais (5,5%). Ressalta-se também que a queda da taxa de analfabetismo para a população de 15 anos ou mais verificada na tabela 2 ocorre principalmente por fatores demográficos, já que a maior concentração de analfabetos está nas idades mais elevadas, com maiores taxas de mortalidade.

No Alto Jequitinhonha, os municípios com taxas mais elevadas de analfabetismo para o grupo etário de 30 a 49 anos são Serra Azul de Minas (28,9%), do microterritório de Diamantina, Chapada do Norte (28,2%) e Minas Novas (26,3%), ambos de Capelinha. No Médio/Baixo Jequitinhonha, destacam-se negativamente os municípios de Mata Verde (31,2%), Novo Cruzeiro (30,4%), Águas Vermelhas (26,9%) e Ponto dos Volantes (26,1%).

Gráfico 2: Taxa de analfabetismo por grupo etário – Alto Jequitinhonha e Médio/Baixo Jequitinhonha – 2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010 (microdados da amostra).
Elaboração: Fundação João Pinheiro.

Diante do exposto, observa-se que, apesar de a taxa de analfabetismo ter apresentado queda durante o período e não ser alta entre a população jovem, de 15 a 29 anos, o fato de um percentual considerável da população adulta, acima de 30 anos, ainda não possuir as habilidades de leitura e escrita pode se configurar em um entrave para o desenvolvimento econômico. Isso influencia negativamente na produtividade do trabalho e no bem-estar dessa população.

Como uma das ações de política pública para redução dos índices de analfabetismo na região, os entrevistados apontaram o Programa Brasil Alfabetizado (PBA),¹⁴. Para os entrevistados, esse programa deu certo em alguns municípios devido ao empenho das administrações locais da colocação de professores com perfil adequado para essa atividade específica. Nas localidades onde o programa não foi tão eficaz, o problema apontado referiu-se à contratação de professores que, apesar de alfabetizadores, não possuíam perfil para lidar com a população adulta. Somada a isso, a falta de espaço físico adequado, a carga horária extensa, a distância do local de residência e a dificuldade de conciliar trabalho, família e escola foram fatores que, para os entrevistados, acarretaram a alta evasão.

Além da taxa de analfabetismo, é necessário destacar o nível de instrução da população adulta, que é uma medida síntese da situação educacional de uma região. A tabela 3 mostra que nos territórios do Vale do Jequitinhonha mais de 70% das pessoas acima de 25 anos não possuíam o ensino fundamental completo em 2010. Esse valor é superior a Minas Gerais com 54,6%. Entre a população de 18 a 24 anos, o percentual de pessoas sem instrução ou com fundamental incompleto é maior para o Médio/Baixo Jequitinhonha. Embora o analfabetismo funcional¹⁵ não seja medido pela escolaridade do indivíduo, é provável que as pessoas que não possuem sequer o fundamental completo estejam nessa situação. Este cenário evidencia um quadro preocupante nos territórios do Alto e Médio/Baixo Jequitinhonha, pois compromete o desenvolvimento pessoal e social do indivíduo, dificulta a progressão nos estudos e a inserção no mercado de trabalho.

¹⁴ O Programa Brasil Alfabetizado é um programa realizado pelo Ministério da Educação e Cultura desde 2003. Em Minas Gerais ele é executado pela SEDINOR/IDENE e tem como principal objetivo contribuir para a superação do analfabetismo nas regiões dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce e do Norte de Minas Gerais.

¹⁵ Analfabetos funcionais são os indivíduos que, embora saibam reconhecer letras e números, são incapazes de compreender textos simples, bem como realizar operações matemáticas mais elaboradas.

Tabela 3: Proporção de pessoas por nível de instrução por grupo etário – Alto Jequitinhonha e Médio/Baixo Jequitinhonha – 2010

Grupo etário (anos)	Nível de instrução (%)			
	Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo
Alto Jequitinhonha				
25 ou mais	71,3	9,6	12,8	6,3
18 a 24	34,2	30,5	32,6	2,1
25 a 44	58,8	13,4	19,3	8,3
45 a 64	79,4	7,2	7,6	5,7
Médio/Baixo Jequitinhonha				
25 ou mais	75,9	8,4	11,1	4,5
18 a 24	41,8	28,0	27,0	1,8
25 a 44	62,7	12,5	17,9	6,6
45 a 64	83,5	6,1	6,6	3,7

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010. Elaboração: Fundação João Pinheiro.

Nota: O somatório das linhas em cada território não dá 100% porque não foi mostrado na tabela o "Não determinado", cujo percentual é muito baixo, menos de 0,5% em todos os casos.

As entrevistas com o corpo técnico das SRE apontaram o baixo nível socioeconômico da população, a precariedade da estrutura viária e do transporte escolar como os principais entraves externos para a baixa escolaridade nessa região. Faz-se necessário um esforço para superá-los, a partir da atuação do setor público. Apenas dessa forma, pode-se quebrar o ciclo vicioso em que a baixa escolaridade da população gera baixo desenvolvimento social e econômico, que, por sua vez, gera baixa escolaridade. Ou seja, é necessária uma ação transformadora da educação para intervir nessa realidade.

Algumas ações nessa direção já foram ou estão sendo realizadas, segundo relatos dos entrevistados. Esses projetos tentaram atrair a população jovem e adulta que evadiu da escola sem concluir a educação básica, principalmente o ensino fundamental. Em 2016, a SEE-MG aumentou o número de vagas para o ensino médio e EJA noturnos, com a definição do horário de início e término das aulas a cargo da escola, além de incluir a disciplina Diversidade, Inclusão e Mundo do Trabalho (DIM), em que alunos realizam projetos de acordo com seu interesse e voltados para a sua realidade. Também foi realizada uma parceria com a Fundação Roberto Marinho para o uso do material do Telecurso na Educação de Jovens e Adultos. Trata-se de aulas audiovisuais, com um professor que assume prioritariamente a função de mediar os alunos em meio às dificuldades e estimulá-los. A proposta ainda é recente para análise no que se refere à adesão, permanência e resultados, considerando-se as particularidades dos territórios já apontadas anteriormente.

Outro projeto citado foi o ProJovem Campo – Saberes da Terra que “visa fortalecer e ampliar o acesso e a permanência desses jovens e adultos agricultores familiares ao sistema formal de ensino possibilitando a conclusão do Ensino Fundamental com qualificação social e profissional”¹⁶. O programa possui metodologia específica, com regime de alternância, turmas de alunos em quantidade viável ao trabalho do professor de forma eficiente, com transporte parcial dos alunos, funcionando no 2º Endereço¹⁷ e com bolsa ao estudante, garantindo assim uma renda mínima. Para o

¹⁶ Este é um programa do Governo Federal para a educação de jovens e adultos destinado ao público da faixa etária de 18 a 29 anos que saiba ler e escrever. “O Programa visa fortalecer e ampliar o acesso e a permanência desses jovens e adultos agricultores familiares ao sistema formal de ensino possibilitando a conclusão do Ensino Fundamental com qualificação social e profissional”. Extraído de <www.educacao.mg.gov.br>. Acesso em: ago. 2016.

¹⁷ 2º Endereço é o termo comumente usado como referência à Resolução CEE-MG nº 449-2002 – credenciamento/recredenciamento-autorização, em seu Art.72, que autoriza a “extensão de séries nas escolas que ministram parte do ensino fundamental, desde que atendido o que dispõe a legislação sobre as condições didático-pedagógicas, administrativas e materiais do estabelecimento, adequadas a esse fim”.

desenvolvimento desse projeto, a adesão dos municípios foi fundamental para os resultados, com a atuação dos professores municipais com formação em licenciatura em educação do campo¹⁸.

Novamente se esbarra no problema da designação de professores com formação adequada para atuar na EJA e em projetos específicos como o ProJovem Campo, pois muitos não conheciam a realidade do campo, na avaliação dos entrevistados. Outros problemas citados foram a falta de espaço físico para abrir turmas em algumas escolas e o transporte dos alunos no período noturno, principalmente em comunidades muito dispersas. No que se refere aos professores da EJA, em alguns casos, segundo os entrevistados, foram designados professores alfabetizadores dos anos iniciais, que não possuem competências diferenciadas para atuação junto a turmas de adultos.

2.3 Qualidade da educação

A qualidade de um sistema educacional deve ser medida de diferentes formas. Entretanto, nas últimas décadas a qualidade da educação passou a ser medida pelas habilidades e competências que os indivíduos adquirem. Estas são aferidas por meio de testes padronizados, principalmente de leitura e matemática, aplicados em grandes amostras. Para avaliar a qualidade da educação neste estudo são utilizados dados das avaliações externas, coordenadas pela SEE-MG, para as diferentes etapas de ensino.

O Programa de Avaliação da Alfabetização (PROALFA), no âmbito do SIMAVE, avalia os níveis de alfabetização dos alunos no 3º ano do ensino fundamental¹⁹ da rede pública de Minas Gerais. A tabela 4 apresenta os dados para o ano de 2015. No Alto Jequitinhonha 15,2% dos alunos ainda não atingiram o nível recomendado de alfabetização. No Médio/Baixo Jequitinhonha, esse resultado é pior, com 22,5% dos alunos nessa condição. Os microterritórios de Jacinto e Almenara são os que possuem o maior percentual de alunos que se encontram no padrão de baixo de desempenho. No primeiro se destaca negativamente o município de Salto da Divisa, com 23,3% dos alunos no 3º ano do ensino básico, e no segundo, o município de Almenara, com 22,5%.

A meta 5 do PNE determina que todas as crianças estejam alfabetizadas, no máximo, até o 3º ano do fundamental. Observa-se, portanto, que estas regiões demandam investimentos na alfabetização dos seus alunos. Na pesquisa de campo, os entrevistados corroboraram com esse quadro, apontando que há um bom número de alunos que chegam ao 6º ano do fundamental sem saber ler e escrever. Um dos fatores internos à escola que pode levar a esse quadro, segundo os entrevistados, é a falta de atenção priorizada àqueles alunos que necessitam de maior acompanhamento, seja por falta de pessoal seja por falta de capacitação adequada para trabalhar com esses alunos.

¹⁸ A Licenciatura em Educação do Campo objetiva a formação de educadores para atuarem na Educação Básica do Campo, respeitando as especificidades da vida nesse contexto, com a valorização e a produção de conhecimentos e saberes contextualizados no mundo da vida rural.

¹⁹ Para outras informações consultar: <http://www.simave.caedufjf.net/proalfa/o-que-e-o-proalfa/>.

Tabela 4: Resultado do desempenho no Proalfa para língua portuguesa – Alto Jequitinhonha e Médio/Baixo Jequitinhonha e seus microterritórios – 2015

Unidade Geográfica	Padrões de desempenho			
	Baixo	Intermediário	Recomendado	Avançado
Minas Gerais	7,4	9,2	57,3	26,0
Alto Jequitinhonha	6,6	8,6	52,1	32,7
Capelinha	5,1	6,6	51,1	37,2
Diamantina	7,7	10,0	52,7	29,6
Médio/Baixo Jequitinhonha	10,7	11,8	55,1	22,4
Almenara	15,4	12,2	51,6	20,7
Araçuaí	5,9	8,3	54,9	30,9
Felisburgo	12,0	12,1	59,1	16,9
Itaobim	11,6	14,2	55,1	19,1
Jacinto	15,5	14,3	51,9	18,4
Pedra Azul	8,7	11,2	56,8	23,3

Fonte: Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica – Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Elaboração: Fundação João Pinheiro.

Outro ponto levantado foi a baixa oferta da educação infantil, principalmente creches e, nas áreas rurais, a pré-escola. A frequência escolar na educação infantil é importante por garantir que as crianças tenham estímulos adequados desde os primeiros anos de vida, o que contribui para o seu aprendizado futuro. Somado a isso, os cuidados na primeira infância são fatores importantes não apenas para o sucesso educacional dos indivíduos (maior desempenho em testes cognitivos, menor repetência e evasão), mas também para melhores condições de nutrição e saúde (BANCO MUNDIAL, 2001²⁰).

A despeito desse quadro, tem ocorrido nessa região uma melhora da alfabetização, conforme destacado pelas entrevistas. O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic) foi citado como um programa bem-sucedido e que teve a adesão de todos os municípios. As ações deste programa apoiam-se em quatro eixos: formação continuada presencial para os professores alfabetizadores, distribuição de materiais didáticos, avaliações sistêmicas e gestão, mobilização e controle social.

Na avaliação dos entrevistados, as capacitações e o material didático eram muito bons. Porém, alguns problemas foram apontados, tais como: professores que não possuíam habilidade adequada para trabalhar com turmas multisseriadas, comum nas áreas rurais, e falta de acompanhamento e monitoramento nas escolas.

As tabelas 5 e 6 mostram os resultados do Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (PROEB), também no âmbito do SIMAVE, para os anos de 2011 e 2014. O PROEB mede o desempenho dos alunos por meio de testes padronizados de língua portuguesa e matemática que são aplicados aos alunos do 5º e 9º anos do ensino fundamental e da 3ª série do ensino médio. Os resultados dos testes são agrupados em três padrões de desempenho: baixo, intermediário e recomendado. Para facilitar a análise, considerou-se apenas a porcentagem de alunos que estão no padrão de desempenho recomendado para cada ano escolar, ou seja, que adquiriram o conhecimento apropriado ao que é previsto para a sua etapa de escolaridade.

Percebe-se que o Alto Jequitinhonha apresenta resultados melhores que o Médio/Baixo Jequitinhonha e, em alguns casos, melhor que Minas Gerais. Entretanto, esse último território apresentou maior variação positiva da porcentagem de alunos no recomendável entre 2011 e 2014, com exceção da 3ª série do ensino médio em língua portuguesa e do 9º ano em matemática.

Observa-se que o percentual de alunos no nível recomendado é maior nos anos iniciais do fundamental em ambas as disciplinas e diminui ao longo das etapas escolares. Preocupa o baixo percentual de alunos que possuem as habilidades recomendadas na 3ª série do ensino médio em matemática, apenas 4,1% em ambos os territórios. O destaque ocorre no microterritório de Araçuaí,

²⁰ BANCO MUNDIAL. Brazil Early Child Development: A focus on the impact of preschools. Relatório No. 22851-BR. set 2001.

cujo resultado da avaliação de matemática, em 2014, apontou que 12,6% dos alunos estavam no padrão recomendado de desempenho, valor bem acima dos outros microterritórios. Neste microterritório, dois municípios apresentaram alta proporção de alunos no nível recomendado: Coronel Murta, com 70,9%, e Berilo, com 23,4%.

Na pesquisa de campo, foi indagado sobre os possíveis motivos dessa perda de efetividade do sistema educacional ao longo das etapas de ensino. Os entrevistados apontaram que um dos problemas é a mudança curricular e metodológica na passagem dos anos iniciais para os finais do fundamental. Ou seja, os alunos geralmente saem de escolas pequenas e têm aulas com poucos professores e passam, na segunda etapa do fundamental, para escolas maiores, com vários professores para diferentes disciplinas, o que gera problemas de adaptação. Isso, porém, não explica a diminuição do percentual de alunos no nível recomendado no ensino médio. Para os entrevistados, o problema no ensino médio é a falta de motivação e capacitação continuada para os professores, salas muito cheias e um currículo extenso e fragmentado.

Tabela 5: Porcentagem de alunos no padrão de desempenho recomendado no PROEB para língua portuguesa – Alto Jequitinhonha e Médio/Baixo Jequitinhonha e seus microterritórios – 2011/2014

Unidade geográfica	5º ano do ensino fundamental			9º ano do ensino fundamental			3ª série do ensino médio		
	2011	2014	Variação (%)	2011	2014	Variação (%)	2011	2014	Variação (%)
Minas Gerais	37,9	43,7	15,2	32,5	37,2	14,5	29,9	37,4	25,2
Alto Jequitinhonha	38,4	42,4	10,5	34,1	40,0	17,4	29,9	36,3	21,2
Capelinha	41,9	48,4	15,4	35,3	41,9	18,7	29,9	38,6	29,2
Diamantina	36,0	38,7	7,3	33,3	38,7	16,4	30,0	34,9	16,6
Médio/Baixo Jequitinhonha	28,8	34,5	19,8	24,2	29,7	23,1	22,2	26,5	19,3
Almenara	27,4	30,1	9,8	22,2	35,0	57,7	20,9	27,3	30,8
Araçuaí	36,3	44,0	21,1	24,9	34,9	40,0	25,0	28,5	13,8
Felisburgo	27,0	36,6	35,3	32,4	29,3	-9,5	24,2	25,6	5,9
Itaobim	25,1	30,8	22,6	23,9	26,4	10,4	22,4	27,0	20,2
Jacinto	23,1	25,4	9,8	20,3	29,6	46,0	14,8	25,7	73,2
Pedra Azul	28,7	35,5	23,6	21,0	23,9	13,7	21,5	23,9	10,9

Fonte: Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica – Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Elaboração: Fundação João Pinheiro.

Tabela 6: Porcentagem de alunos no padrão de desempenho recomendado no PROEB para matemática – Alto Jequitinhonha e Médio/Baixo Jequitinhonha e seus microrritórios – 2011/2014

Unidade geográfica	5º ano do ensino fundamental			9º ano do ensino fundamental			3ª série do ensino médio		
	2011	2014	Variação (%)	2011	2014	Variação (%)	2011	2014	Variação (%)
Minas Gerais	54,1	54,8	1,3	20,3	22,3	9,9	3,7	4,4	18,8
Alto Jequitinhonha	55,1	56,3	2,3	21,1	25,9	22,9	2,6	4,1	62,4
Capelinha	60,7	63,6	4,8	23,7	29,7	25,2	2,1	3,8	79,5
Diamantina	51,3	51,7	0,8	19,5	23,5	20,5	2,8	4,3	55,2
Médio/Baixo Jequitinhonha	43,9	45,3	3,2	16,1	18,7	16,7	2,0	4,1	108,9
Almenara	41,2	40,6	-1,4	15,7	20,9	33,0	1,5	1,4	-5,3
Araçuaí	53,3	54,9	3,2	20,6	25,9	25,7	3,2	12,6	295,2
Felisburgo	44,5	47,7	7,4	16,0	13,2	-17,1	2,0	1,5	-24,5
Itaobim	43,1	41,8	-3,0	15,4	15,8	2,8	2,2	1,6	-26,6
Jacinto	34,2	35,9	5,0	9,5	20,1	111,0	0,3	1,0	260,6
Pedra Azul	39,7	45,9	15,8	13,4	15,2	13,7	1,3	0,6	-56,2

Fonte: Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica – Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Elaboração: Fundação João Pinheiro.

2.4 Formação docente

Para analisar a formação do professor utilizou-se o indicador de adequação da formação do docente, calculado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), para o ano de 2014. Ele classifica o docente segundo a adequação de sua formação inicial a cada disciplina que leciona na educação básica e considera as normas vigentes²¹. Observa-se pela tabela 7 que em 2014 ainda havia um percentual de professores sem formação superior, principalmente na educação infantil e no ensino fundamental. Tal fato fere a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, que estabelece a formação específica de nível superior para os profissionais da educação²². Por sua vez, a meta 15 do PNE ratificou esse compromisso, estabelecendo o prazo de um ano para que União, estados e municípios, em regime de colaboração, garantam a formação adequada dos professores.

Outro ponto relevante, é a significativa porcentagem de professores no grupo 3, ou seja, que possui formação superior de licenciatura, porém, em área diferente daquela que leciona. Isso ocorre principalmente nos anos finais do ensino fundamental, ensino médio e na EJA. A falta de professores habilitados em algumas disciplinas é considerada pelos entrevistados como um dos problemas relacionados à formação docente. Sobre o número de professores sem curso superior, os gestores locais apontam que a situação melhorou com a contratação de professores com habilitação adequada e que o Governo do Estado fez parceria com alguns municípios para oferecer curso técnico de magistério para professores da educação infantil. Porém, em alguns municípios, a contratação de professores ainda é feita sem critérios bem definidos, desconsiderando, inclusive, a sua licenciatura²³.

²¹ O Inep considerou as seguintes categorias de adequação da formação dos docentes em relação à disciplina que leciona: Grupo 1 - Docentes com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona; Grupo 2 - Docentes com formação superior de bacharelado (sem complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona; Grupo 3 - Docentes com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) em área diferente daquela que leciona; Grupo 4 - Docentes com formação superior não considerada nas categorias anteriores e Grupo 5 - Docentes sem formação superior.

²² No caso da educação Infantil permite a formação de nível médio na modalidade Normal.

²³ Segundo os entrevistados, tal fato decorre de questões políticas e de empregamento.

Tabela 7: Mediana do percentual de docentes por município e por grupo de adequação da formação à disciplina – Alto Jequitinhonha e Médio/Baixo Jequitinhonha e seus microterritórios – 2014

Unidade geográfica	Educação infantil			Ensino fundamental anos iniciais			Ensino fundamental anos finais		
	Grupo 1	Grupo 3	Grupo 5	Grupo 1	Grupo 3	Grupo 5	Grupo 1	Grupo 3	Grupo 5
Minas Gerais	50,0	11,1	25,5	71,8	8,5	11,7	56,8	30,0	6,2
Alto Jequitinhonha	48,3	10,1	33,3	76,8	7,2	9,4	47,0	32,9	11,5
Capelinha	52,7	17,2	25,9	85,0	3,1	8,0	48,0	31,8	18,6
Diamantina	45,5	9,1	33,3	76,7	7,4	9,7	46,9	34,0	11,2
Médio/Baixo Jequitinhonha	52,9	3,0	30,8	72,1	6,4	17,1	42,4	33,3	14,0
Almenara	43,5	0,0	43,8	66,2	7,9	22,3	47,6	24,3	14,1
Araçuaí	68,0	1,4	29,3	83,2	3,0	6,2	34,0	44,6	15,1
Felisburgo	50,0	0,0	48,0	65,1	4,7	17,1	48,0	33,3	12,3
Itaobim	63,1	6,1	27,9	75,6	2,9	19,2	33,9	34,3	17,9
Jacinto	48,8	1,5	42,1	47,1	7,8	49,0	58,1	27,9	10,2
Pedra Azul	48,1	10,5	29,5	62,1	6,4	23,6	48,0	26,3	10,2

Unidade geográfica	Ensino médio			EJA-EF			EJA-EM		
	Grupo 1	Grupo 3	Grupo 5	Grupo 1	Grupo 3	Grupo 5	Grupo 1	Grupo 3	Grupo 5
Minas Gerais	64,6	23,1	2,7	28,6	51,6	3,5	58,3	27,3	1,2
Alto Jequitinhonha	59,5	24,6	4,7	8,3	68,6	1,9	68,6	24,9	0,0
Capelinha	59,3	25,4	7,8	7,1	66,7	25,0	83,3	16,7	0,0
Diamantina	60,3	23,7	3,1	11,3	70,0	0,0	66,7	25,0	0,0
Médio/Baixo Jequitinhonha	64,2	22,5	7,4	25,0	38,2	15,6	52,8	25,0	10,3
Almenara	59,7	25,8	4,9	20,2	72,2	2,3	54,2	25,0	10,2
Araçuaí	61,0	25,6	11,4	62,4	20,7	16,0	58,3	27,3	12,5
Felisburgo	65,3	18,8	2,7	11,2	30,0	30,2	45,2	29,0	3,2
Itaobim	53,5	25,7	10,8	16,7	51,7	21,4	45,8	31,3	10,3
Jacinto	66,9	23,5	0,7	38,6	33,3	23,1	54,6	22,8	4,6
Pedra Azul	65,4	21,4	8,0	25,0	40,0	2,6	55,9	20,2	12,5

Fonte: MEC/Inep/Deed/CSI. Elaboração: Fundação João Pinheiro.

Nota: Não foram considerados os grupos 2 e 4, por possuírem poucos casos.

A capacitação continuada e específica para o professor aparece como uma necessidade, o que não é captada pelo indicador do INEP. Para os entrevistados, esse é um gargalo, pois, como já foi comentado, alguns professores não possuem conhecimentos metodológicos adequados para atuarem em projetos específicos. Foi muito citado o caso da EJA, em que os professores que lecionam nessa modalidade de ensino, na maioria das vezes, são do ensino fundamental ou médio e não possuem metodologia específica para lidar com alunos mais velhos e com tempo mais curto de aula.

O INEP também calculou um indicador que avalia a regularidade média do corpo docente das escolas, o Índice de Regularidade Docente (IRD)²⁴. Esse indicador é importante uma vez que a

²⁴ O Índice de Regularidade Docente (IRD) tem por objetivo avaliar a regularidade do corpo docente nas escolas de educação básica a partir da observação da permanência dos professores nas escolas nos últimos cinco anos (2009 a 2013). Para cada docente em cada escola foi atribuída uma pontuação de forma que fosse valorizado: o total de anos em que o docente atuou na escola nos últimos 5 anos, a atuação do docente na escola em anos mais recentes e a atuação em anos consecutivos. As escolas foram classificadas pelas seguintes faixas do indicador de regularidade: Baixa regularidade; Média-baixa; Média-alta; Alta. Para maiores informações ver Nota Técnica do Inep disponível em:

rotatividade dos professores tem influência sobre os resultados produzidos pela escola e pelo sistema como um todo. Um dos pontos relevantes da regularidade é a integração da equipe. Quando há uma relação de confiança, de complementaridade e de colaboração entre os seus membros, o trabalho tende a produzir resultados melhores. A alta rotatividade trabalha em sentido desfavorável ao ambiente escolar e pode interferir negativamente nos resultados das escolas.

Visto dessa forma, ao examinar a tabela 8, percebe-se que, para Minas Gerais, o IRD, que trata da estabilidade das equipes de professores nas escolas, é bastante favorável, já que cerca de 36% de suas escolas apresentam regularidade média-baixa ou baixa. Enquanto isso, para o Alto Jequitinhonha, o IRD para as mesmas faixas sobe para cerca de 45% e para o Médio/Baixo Jequitinhonha esse indicador aponta que mais de 56% de suas escolas possuem regularidade docente média-baixa ou baixa.

Nos microterritórios, Capelinha, no Alto Jequitinhonha, Almenara e Pedra Azul, no Médio/Baixo Jequitinhonha, apresentam os piores cenários em termos de regularidade dos docentes. Por outro lado, Diamantina apresenta um cenário melhor que a média dos outros microterritórios das duas regiões e a Minas Gerais. Porém, em geral, o quadro mostra que as regiões se encontram em situação pior quanto ao Indicador de Regularidade Docente, o que contribui para agravar as dificuldades desses territórios.

Tabela 8: Mediana do percentual de escolas por faixa do Indicador de Regularidade do Docente (IRD) – Alto Jequitinhonha e Médio/Baixo Jequitinhonha e seus microterritórios – 2014

Unidade geográfica	Baixa regularidade	Média-baixa	Média-alta	Alta
Minas Gerais	6,3	30,0	50,0	6,2
Alto Jequitinhonha	16,8	28,6	33,3	8,2
Capelinha	32,3	33,3	32,4	5,5
Diamantina	14,3	27,3	43,5	15,3
Médio/Baixo Jequitinhonha	23,3	33,3	33,3	6,7
Almenara	33,3	30,0	30,0	11,2
Araçuaí	21,0	33,3	35,0	9,2
Felisburgo	20,0	20,0	40,0	5,0
Itaobim	15,0	39,4	31,2	6,2
Jacinto	24,3	30,4	36,3	6,0
Pedra Azul	31,8	27,3	36,8	0,0

Fonte: MEC/Inep/DEED/CSI. Elaboração: Fundação João Pinheiro.

3 ENSINO PROFISSIONALIZANTE

A população jovem tem apresentado dificuldades crescentes na inserção no mercado de trabalho, seja pela crise econômica seja pela falta de qualificação. Ao mesmo tempo, existe a falta de mão de obra qualificada. A educação profissional pode ser um meio para equilibrar essa relação demonstrada por meio dos anseios dos atores.

Dada à importância dessa modalidade de ensino, esta seção é dedicada ao levantamento geral da proporção de matrículas na educação profissional²⁵ – cursos técnicos de ensino médio e os de Formação Inicial e Continuada (FIC) – nos territórios analisados, segundo a dependência administrativa, modalidades de ensino e cursos oferecidos.

<http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2014/docente_regularidade_vinculo/nota_tecnica_indicador_regularidade_2015.pdf>.

²⁵ Na análise da Educação Profissional não estão incluídas as informações do ensino médio normal/magistério e EJA ensino fundamental Projovem Urbano.

Na tabela 9 encontram-se as matrículas na educação profissional e a distribuição relativa entre os microterritórios do Alto e Médio/baixo Jequitinhonha. O destaque é o baixo número de matrículas. Somado a isso, há uma concentração destas matrículas em alguns municípios. No Alto Jequitinhonha, as matrículas dos cursos profissionalizantes se concentraram nos municípios de Diamantina e Turmalina, com, respectivamente, 42,4% e 19,4% do total de matrículas nesta modalidade. No Médio/Baixo Jequitinhonha, também se observa concentração e os municípios de Araçuaí (42,2%) e Almenara (29,7%) apresentaram os maiores percentuais de matrículas nos cursos profissionalizantes.

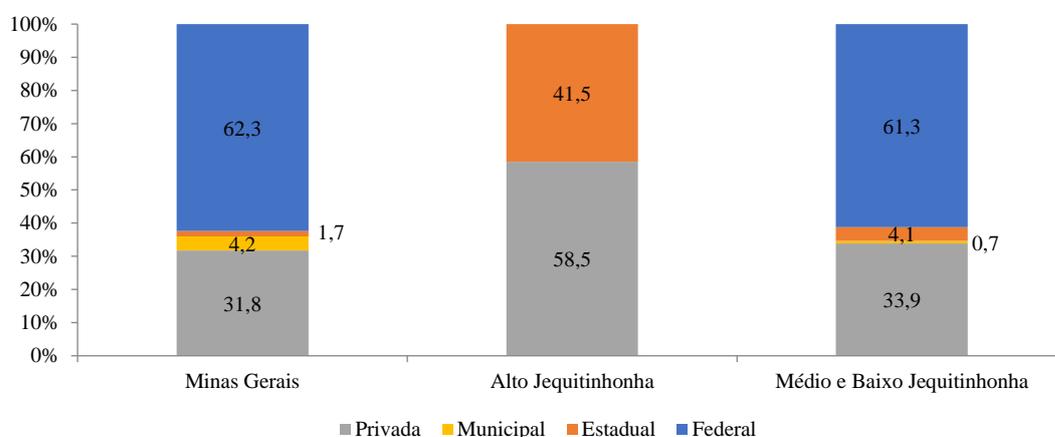
Tabela 9: Proporção de matrículas na educação profissional – Alto Jequitinhonha e Médio/Baixo Jequitinhonha e seus microterritórios –2015

Unidade geográfica	Absoluto	%
Alto Jequitinhonha	670	100,0
Capelinha	244	36,4
Diamantina	426	63,6
Médio/Baixo Jequitinhonha	2333	100,0
Almenara	709	30,4
Araçuaí	1053	48,0
Felisburgo	136	5,8
Itaobim	299	12,8
Jacinto	0	0,0
Pedra Azul	136	5,8

Fonte: MEC/Inep. Elaboração: Fundação João Pinheiro.

Quando se observa a distribuição das matrículas na educação profissional por rede de ensino (gráfico 3), percebe-se que no Alto Jequitinhonha 58,5% das matrículas são oferecidas pela rede privada, enquanto o restante, 41,5%, são oferecidas pela rede estadual. Já no Médio/Baixo Jequitinhonha, a maior oferta é por parte da rede federal (61,3%), por meio dos Institutos Federais do Norte de Minas Gerais (IFNMG), seguida da rede privada, 33,9%. A rede estadual é responsável apenas por 4,1% das matrículas de cursos profissionalizantes. O caráter excludente da oferta de educação profissional no Médio/Baixo Jequitinhonha chama a atenção, pois é realizada basicamente pelos IFNMG e os alunos passam por processos seletivos.

Gráfico 3: Porcentagem de matrículas na educação profissional por dependência administrativa – Alto Jequitinhonha e Médio/Baixo Jequitinhonha –2015

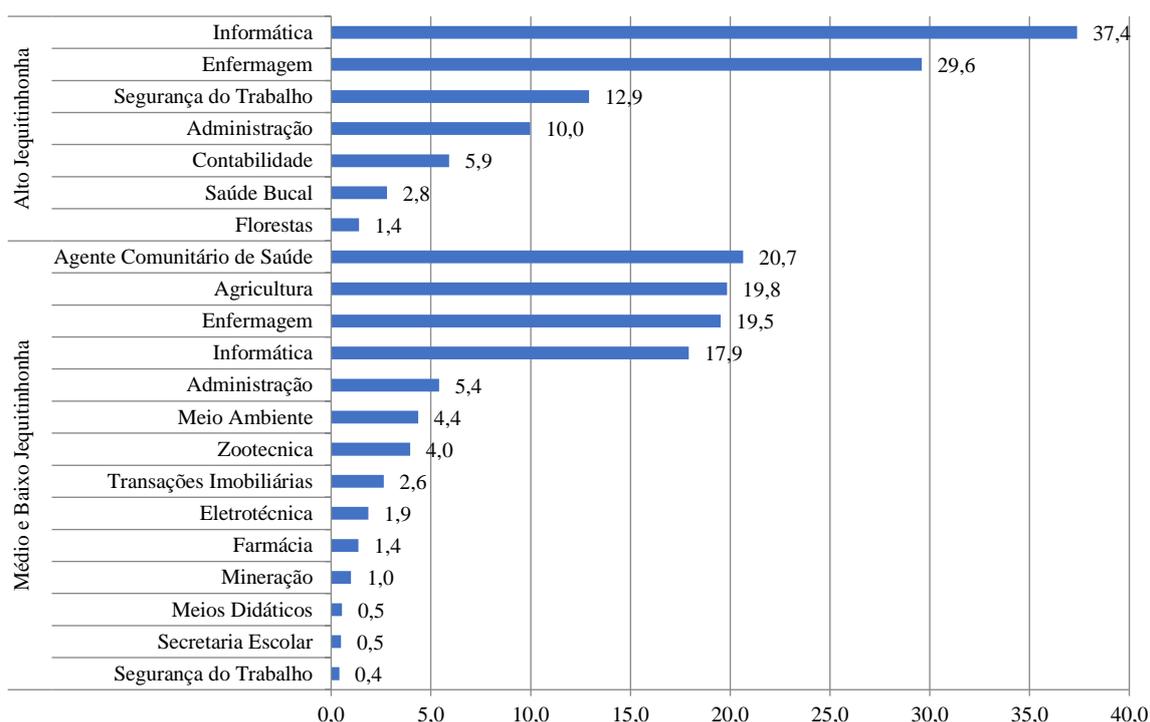


Fonte: MEC/Inep.
Elaboração: Fundação João Pinheiro.

Outro aspecto importante é a articulação entre o curso oferecido e a necessidade da região. Com relação à distribuição das matrículas segundo os cursos²⁶, no Alto Jequitinhonha, cerca de 80% das matrículas do ensino profissionalizante foram nos cursos de Informática (37,4%), Enfermagem (29,9%) e Segurança do Trabalho (12,9%) e no Médio/Baixo Jequitinhonha os destaques foram o de Agente Comunitário da Saúde (20,7%), Agricultura (19,8%), Enfermagem (19,5%) e Informática (17,9%), conforme evidencia o gráfico 4.

Ressalta-se a importância do ensino profissionalizante não apenas como forma de qualificar os jovens para o mercado de trabalho, mas também para estimular a sua permanência no sistema de ensino, desde que essa profissionalização esteja atrelada a sua realidade local.

Gráfico 4: Distribuição das matrículas na educação profissional por cursos – Alto Jequitinhonha e Médio/Baixo Jequitinhonha – 2015 (%)



Fonte: MEC/Inep. Elaboração: Fundação João Pinheiro.

No que se refere à formação profissional, uma experiência exitosa objetivou-se na proposta educacional na região, as Escolas Família Agrícola (EFA's). No território do Alto Jequitinhonha há uma EFA em Veredinha e no Médio/Baixo Jequitinhonha são cinco unidades localizadas nos municípios de Araçuaí, Comercinho, Itaobim, Itinga e Virgem da Lapa. As EFAs, criadas por demanda e atuação propositiva de movimentos sociais da região, atuam nos anos finais dos ensinos fundamental e médio. Dois pilares da sua proposta pedagógica são fatores preponderantes para o desempenho favorável no que se refere à formação e retenção dos jovens no campo. Primeiro, a Pedagogia da Alternância que consiste na adaptação curricular de forma que o estudante permaneça 15 dias nas unidades escolares e os outros 15 dias em seu espaço rural, ambos com caráter formativo. O segundo pilar, que está ligado ao primeiro, propõe o desenvolvimento de um projeto para ser aplicado no território onde o aluno reside. Esse pilar demanda atividades e ações para o estudante no período em que se encontra em sua moradia.

Outra iniciativa do Governo Federal importante para os territórios é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), cujo objetivo é expandir, interiorizar e

²⁶ Não houve análise para a modalidade FIC devido a falta de informação na base do Inep (2015).

democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país. No entanto, esse programa encontra-se suspenso atualmente.

No trabalho de campo a fim de qualificação dos dados, nas entrevistas foram registradas também as ações pontuais referentes à capacitação de jovens em cursos de curto prazo em ambientes móveis do SESI/SENAI. Os cursos realizados foram de eletricitista predial e mecânica de motos, ambos com uma carga horária de 80 horas. No entanto, os entrevistados consideram que esse tipo de ação precisa de continuidade, maior diversidade de cursos em consonância às vocações da região e capilaridade territorial.

4 ENSINO SUPERIOR

Como mencionado, o desenvolvimento de uma região tem relação com a expansão educacional, justamente pela sua ação sobre sua capacidade de educar e formar seus cidadãos, seja em vista da produtividade dos trabalhadores ou em relação aos demais benefícios em outras áreas da vida. O olhar diferenciado para a educação básica não implica que não se deva ter também atenção para aqueles que já passaram dessa fase e precisam continuar sua formação de nível superior.

Além do ensino presencial, o ensino superior se enquadrou no sistema de Educação a Distância por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9.394/96 (BRASIL, 1996), e teve sua expansão impulsionada pela criação do programa Universidade Aberta Brasil (UAB), em 2006. Entre os objetivos estão a ampliação e a interiorização da oferta de cursos e programas de educação superior por meio do ensino a distância embasado na diminuição das desigualdades na oferta de ensino superior.

4.1 Ensino superior presencial

A oferta de cursos de nível superior encontra-se majoritariamente no setor privado de ensino, no estado de Minas Gerais e, especificamente, nos territórios do Alto e Médio/Baixo Jequitinhonha, como pode ser visto na tabela 10. Porém, a porcentagem de matrículas na rede pública nos dois territórios é maior que no estado.

Tabela 10: Distribuição da matrícula no nível superior de ensino por rede de ensino – Alto Jequitinhonha e Médio/Baixo Jequitinhonha e seus microterritórios –2010 (%)

Unidade geográfica	Graduação	
	Rede pública	Rede privada
Minas Gerais	25,7	74,3
Alto Jequitinhonha	39,0	61,0
Capelinha	26,3	73,7
Diamantina	45,8	54,2
Médio/Baixo Jequitinhonha	28,9	71,1
Almenara	28,5	71,5
Araçuaí	35,6	64,4
Felisburgo	34,2	65,8
Itaobim	24,2	75,8
Jacinto	26,6	73,4
Pedra Azul	23,7	76,3

Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE).
Elaboração: Fundação João Pinheiro.

Outro aspecto importante é o quadro geral de oferta de cursos de graduação pelas instituições de ensino superior, tanto no que se refere ao tipo de curso e sua área quanto à quantidade de vagas e

número de concluintes. Em geral, houve um aumento no número de cursos oferecidos e de instituições de ensino entre 2010 e 2014. Em ambos os territórios, a quantidade de vagas foi expressivamente maior para os cursos noturnos.

Em 2014, no Alto do Jequitinhonha, foram oferecidos 26 cursos de graduação²⁷ em três instituições de ensino: a) Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), de categoria pública federal; b) Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMG), privada sem fins lucrativos; e c) Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), pública estadual.

O Médio/Baixo Jequitinhonha foi o território em que o número de faculdades, de cursos e áreas oferecidas teve maior aumento. Além da área de Educação (curso de Pedagogia), já oferecida em 2010 pela Unimontes, em 2014 puderam contar com o curso de Letras – Língua Portuguesa na mesma área e mais 10 cursos²⁸. Mais três instituições de ensino superior passaram a atuar no Médio/Baixo Jequitinhonha: a Universidade de Itaúna (UI) que é uma instituição privada sem fins lucrativos; o Instituto Federal de Educação, Ciências (IFNMG), escola pública federal; e a Faculdade de Almenara (Alfa), da categoria privada sem fins lucrativos.

Apesar da ampliação da oferta de cursos de graduação na região, na pesquisa de campo foi relatado a necessidade de maior ampliação de cursos voltados para as atividades vocacionais da região.

4.2 Ensino superior a distância

Devido à falta de informações sobre o Educação a Distância (EaD) na base de dados do INEP de 2014, foi utilizada a plataforma do Sistema Universidade Aberta (SISUAB) do Portal CAPES (2016) para verificar as instituições e os cursos. As informações abrangem somente as instituições públicas de ensino, que fazem parte da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Desse modo, as instituições privadas não estão relacionadas.

Os polos da EaD de nível superior que oferecem cursos para os dois territórios de desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha estão concentrados nas cidades de Almenara, Araçuaí, Diamantina, Itamarandiba, Minas Novas, Padre Paraíso, Pedra Azul e Turmalina. No Alto Jequitinhonha, as instituições que oferecem os cursos são a UFVJM, Unimontes) e UFSJ. No Médio/Baixo Jequitinhonha, além de UFVJM e Unimontes, a UFMG também atua.

Em ambos os territórios, as modalidades de ensino são de licenciatura, bacharelado e especialização. Os cursos são praticamente os mesmos (Ensino de Filosofia, de Matemática e de Sociologia para docência no Ensino Médio, Matemática, Administração Pública, Pedagogia). No Alto Jequitinhonha foram ofertados os cursos de Ciências Sociais e Geografia e no Médio/Baixo Jequitinhonha, os cursos de História, Letras – Inglês, Biologia, Estratégia Saúde da Família, Ciências da Religião e Educação Física.

5 ANÁLISE DOS GESTORES REGIONAIS

A pesquisa de campo, através das entrevistas e rodas de conversa com os gestores, analistas e inspetores educacionais das Superintendências Regionais de Ensino que compõem os territórios em estudo, se mostra um importante recurso para qualificar os dados secundários. Alguns problemas apontados nas entrevistas foram tratados nas seções anteriores, como a falta de capacitação continuada; de capacitação para atuar em projetos ou modalidades específicas, como o caso da EJA e das turmas multisseriadas, que requerem metodologias diferenciadas; falta de profissionais que

²⁷ Cursos no Alto Jequitinhonha em 2014: Odontologia, Enfermagem, Engenharia Florestal, Zootecnia, Fisioterapia, Agronomia, Farmácia, Nutrição, Sistemas de informação, Turismo, Ciências Biológicas, Educação física, Química, Ciência e tecnologia, Humanidades, Engenharia química, Engenharia Mecânica, Engenharia de Alimentos, Geografia, História, Pedagogia, Letras - Português e Inglês, Letras - Português e Espanhol, Medicina, Interdisciplinar em Educação no Campo, Educação física e Direito.

²⁸ Cursos no Médio/Baixo Jequitinhonha em 2014: Pedagogia, Direito, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Enfermagem, Nutrição, Farmácia, Engenharia Civil, Gestão Pública, Gestão Ambiental e Administração.

possam fazer um acompanhamento mais individualizado com os alunos com maiores dificuldades; alta rotatividade dos professores e significativo número de docentes atuando, principalmente nos anos finais do fundamental e no médio, sem a licenciatura adequada à disciplina que leciona. Um dos problemas da alta rotatividade dos professores, segundo os entrevistados, decorre do grande número de afastamentos do professor titular para tratamento de saúde. Foi apontado que são recorrentes casos em que um mesmo cargo possui três docentes, pois dois estão licenciados.

Para os entrevistados, o grande número de professores sem conhecimento adequado para ministrar determinados cursos ou modalidades, como o caso da EJA e ProJovem Campo, ocorre por falta de capacitação continuada para metodologias diferenciadas e, também, devido à legislação que estabelece a forma de contratação e designação dos professores. Sobre essa questão, os entrevistados colocaram que a SEE-MG está fazendo discussões amplas para alterar a legislação sobre a forma de contratação.

Além dessas questões, os entrevistados apontaram outros problemas que prejudicam ou dificultam a melhora educacional. Foi recorrente a questão do transporte escolar no que tange às péssimas condições das estradas, que aumentam o custo com manutenção da frota e, também, em relação à grande extensão e dispersão da zona rural. A nucleação também apareceu como um problema adicional para as comunidades rurais, segundo os técnicos das SRE. Eles argumentaram que essa política provocou uma desarticulação nas escolas rurais, pois centralizou as matrículas em unidades escolares longe das comunidades de origem das crianças e adolescentes. Tal fato potencializa o problema do transporte, pois aumenta o tempo de deslocamento e o seu custo.

A infraestrutura das escolas aparece como um problema. Na visão dos entrevistados, a maioria das escolas possui o básico, como água, energia e banheiro, porém necessitam de reformas ou ampliações.

Finalmente, outra questão levantada foi a falta de cooperação e apoio das instituições de ensino superior, principalmente, as federais. As Instituições de Ensino Superior (IES) não oferecem muitos cursos de licenciatura, principalmente as públicas, não possuem muitos projetos voltados para a região e oferecem poucos cursos de capacitação continuada para os professores. Com relação a essa questão, em 2016, a SEE-MG celebrou com a UFVJM um acordo de cooperação técnica visando à implantação de programas, projeto e ações para a melhoria da formação dos professores que atuam na educação básica.

Os pesquisados sugeriram algumas ações para a melhoria da educação da região. Uma delas é o aumento do número de escolas em tempo integral, com critérios bem definidos de contratação dos professores designados. Que esses tenham habilidades para essa função, pois esse é um dos atuais problemas. É importante também que as oficinas sejam mais bem pensadas, com atividades diversificadas e aproveitando as manifestações e recursos culturais locais. Além disso, é necessário fazer um diagnóstico mais criterioso sobre a forma como está sendo executada essa política. Outra ação sugerida é a formação permanente para os professores, podendo inclusive ocorrer na modalidade a distância.

Para enfrentar um dos maiores gargalos, na visão dos entrevistados, que é manter os jovens na escola, foi proposta uma conjugação entre a educação formal e cursos profissionalizantes e uma renda mínima para aqueles que se encontram em situação de maior vulnerabilidade. Da mesma forma, a distorção entre a idade e a série adequada poderia ser reduzida com a educação de jovens e adultos ligados a cursos de qualificação, voltados para o mercado de trabalho, com projetos aplicados na sala de aula, o que tornaria o aluno mais motivado, diminuindo a evasão.

6 PROPOSIÇÕES

As propostas apresentadas nessa seção se pautaram no diagnóstico apresentado anteriormente, realizado com base não apenas em dados secundários, mas também com a percepção dos agentes educacionais envolvidos diretamente na execução da política de educação no estado de Minas Gerais.

As proposições, apresentadas a seguir, foram validadas nas oficinas participativas realizadas nos microterritórios da região e tentaram se aproximar o máximo possível da realidade local e responder aos anseios dos atores envolvidos.:

I. Para suporte à educação infantil e ensino fundamental, nos anos iniciais, deverá ser constituída, nas Superintendências de Ensino de Almenara, Araçuaí e Diamantina, uma comissão composta por técnicos das SREs, dirigentes municipais de educação, representantes dos professores e da sociedade civil, entre outros, com o objetivo de trabalhar alternativas para superação de problemas, com o apoio da SEE-MG, considerando:

a) estudo sobre o sistema de nucleação das escolas, com vistas ao seu aprimoramento, na área urbana e rural, levando em conta as especificidades de cada etapa de ensino de forma a não agrupar educação infantil e anos iniciais do fundamental em uma mesma turma;

b) para a educação infantil, meta de 100% de atendimento das crianças de 4 e 5 anos de idade, prioritariamente nas áreas rurais;

c) inventário e avaliação das condições dos prédios escolares onde estão instaladas as unidades escolares, segundo modelo a ser fornecido pela SEE-MG, para elaborar um plano de intervenção conjunta para melhorias.

II. São ações para o suporte ao ensino fundamental, nos anos finais:

a) programas de bolsas de estudos nos moldes do ProJovem Campo – Saberes de Minas, com monitoramento das escolas e das SREs;

b) ações interdisciplinares nas escolas, com feira de ciências, feira de profissões, encontros culturais, entre outras, de forma a despertar no adolescente a sua capacidade de projetar o seu futuro profissional e pessoal;

c) programa de correção de fluxo adequado à realidade de cada município, considerando a EJA como uma alternativa.

III. São ações para o suporte ao ensino médio:

a) oferta em turnos diferenciados, principalmente o noturno, conforme a realidade de cada município, considerando condições para esse acesso, como transporte escolar e alimentação;

b) adequação de conteúdos das disciplinas às características socioeconômicas, demográficas e culturais da região, por meio de encontros e diálogos com os educadores e outros interessados;

c) oferta de cursos alternativos, em horários que sejam adequados para os alunos, com continuidade e diversidade em consonância às potencialidades econômicas da região e capilaridade territorial;

d) apoio às Escolas Família Agrícola, tendo como referência a sua atuação sob dois pilares, pedagogia da alternância e desenvolvimento de projeto local junto aos estudantes.

IV. São ações para o suporte à Educação de Jovens e Adultos (EJA):

a) inclusão no currículo de disciplinas que contribuam para uma formação empreendedora dos alunos, com habilidades e competências para gestão e formas de organização, visando à inclusão social;

b) oferta de programas de concessão de bolsas de estudos, para as populações vulneráveis, principalmente da região rural;

c) funcionamento em horários e locais adequados, definidos em conjunto com a comunidade local, com número flexível de alunos por turma, de forma a permitir o acesso da população que está fora da escola.

V. São ações para o suporte à educação em tempo integral:

a) realização de um diagnóstico sobre a situação das escolas de tempo integral, em parceria com os municípios;

b) apoio à modalidade de tempo integral nas escolas estaduais e municipais, como forma de combate ao trabalho infantil, em especial nas comunidades rurais, com oferta de oficinas, acompanhamento pedagógico, educação ambiental, esporte, lazer e artes.

VI. Para a capacitação continuada do corpo docente, técnico e gestores atuantes em todas as modalidades e níveis de ensino, deverá ser apoiado um programa de capacitação considerando:

a) capacitação dos professores alfabetizadores da rede estadual e municipal dos três primeiros anos do ensino fundamental, com metodologia específica para aqueles que lecionam em turmas multisseriadas, com as diretrizes do PNAIC e coordenação e monitoramento das Superintendências Regionais de Ensino;

b) adoção de linhas de ensino-aprendizagem que considerem as particularidades do território urbano e rural e as relações interpessoais como famílias nucleares ou monoparentais, a partir da realidade das crianças;

c) instituição de grupo de trabalho para estudo e criação de metodologia diferenciada, de acordo com a realidade de cada escola, para facilitar a adaptação da criança para a transição das duas etapas do ensino fundamental;

d) capacitação do corpo docente de programas de alfabetização de adultos e EJA, com metodologia específica que considere o estudante adulto e a perspectiva de sujeito do processo;

e) capacitação para os docentes e outros profissionais que trabalham nos anos finais do fundamental e no ensino médio, na modalidade do campo, com a metodologia das Escolas Família Agrícola e adequação dos currículos e calendários escolares à demanda do meio rural dos municípios da região;

f) implementação das capacitações existentes dos técnicos e gestores para o uso dos resultados das avaliações externas, a fim de acompanhar as escolas, as etapas e os municípios, provendo de ferramentas que possibilitem ampliar essa supervisão às escolas municipais;

g) capacitação em geral para envolver a comunidade escolar nos processos decisórios e no dia a dia das unidades escolares;

h) criação de um núcleo de acompanhamento dos programas de capacitação com vistas a garantir o cumprimento das ações previstas.

VII. Para a qualificação do processo formativo do corpo docente técnico, deverão ser fortalecidas e ampliadas as parcerias com as instituições de ensino superior públicas presentes nos territórios, considerando:

a) a constituição de uma rede envolvendo Instituições de Ensino Superior (IES) para oferta de cursos de capacitação, nos moldes da Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS;

b) a oferta de cursos presenciais de licenciatura, bacharelado e especialização na área de formação de professores, incluindo na base curricular a prerrogativa regional dos territórios, com gratuidade para acesso aos programas educativos;

c) o acompanhamento dos especialistas e estudantes universitários nas ações realizadas a partir da formação, como possibilidade de aquisição e aprimoramento da prática pedagógica e de gestão;

d) ações de extensão com vistas à formação e orientação técnica de estudantes do ensino médio e pequenos agricultores, conforme atividades vocacionais da região no âmbito rural, a fim de potencializar o processo produtivo, gestão da produção e circulação, incluindo-se a perspectiva de formação de associações e cooperativas produtivas para maior alcance econômico.

VIII. Para a garantia do direito de acesso e permanência à educação, deverão ser promovidas ações intersetoriais, considerando:

a) articulação com a Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social com o objetivo de alinhar os programas de assistência social de repasse de recursos e acesso a oficinas de qualificação, socialização, entre outras, a grupos populacionais rurais, prioritariamente,

possibilitando melhores condições de acesso à educação, seja diretamente ao estudante, seja a familiares, com estratégias para que os alunos e a comunidade possam acessar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e organizar empreendimentos dentro da proposta de economia solidária (ECOSOL);

b) articulação com a Secretaria de Estado de Saúde a fim de promover ações preventivas, tratamento e curativas de segmentos da população que, vitimados pela pobreza rural em função das baixas condições de segurança em saúde, se encontram com restrições de mobilidade e outras dificuldades para acesso à educação;

c) articulação com a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais com a finalidade de potencializar as iniciativas locais empreendedoras, fortalecendo a região através de sua vocação e ampliando a capilaridade de produção e mercado.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou captar os principais problemas educacionais existentes nos territórios do Alto Jequitinhonha e Médio/Baixo Jequitinhonha, por meio de dados primários e secundários.

Grosso modo, os principais problemas detectados foram: baixo atendimento escolar das crianças de 0 a 3 anos; não cumprimento da meta do PNE de 100% das crianças de 4 e 5 anos na escola até final de 2016, principalmente nas áreas rurais; retenção dos alunos nos anos finais do ensino fundamental; baixa escolaridade da população adulta; alta taxa de analfabetismo, mesmo entre os jovens; baixa qualidade da educação, principalmente nos anos finais do fundamental e ensino médio; baixa capacitação do corpo docente, seja capacitação formal seja continuada; alta rotatividade dos professores; necessidade de implantação e expansão dos cursos técnicos; e maior articulação entre a região e as instituições de ensino superior.

Com base nesses problemas, foram sugeridas proposições como recomendações para uma discussão junto aos agentes e gestores locais. Essas proposições podem ser agrupadas em quatro grandes eixos, quais sejam:

- **Proposição 1:** Ampliação e suporte às modalidades e etapas de ensino, conforme as características e demandas dos municípios;
- **Proposição 2:** Programa de capacitação continuada ao corpo docente, técnico e gestores atuante em todas as modalidades e etapas de ensino;
- **Proposição 3:** Fortalecimento e ampliação das parcerias com as instituições de ensino superior públicas presentes nos territórios com vistas à qualificação do processo formativo do corpo docente e técnico;
- **Proposição 4:** Desenvolvimento de ações intersetoriais com fins à garantia do direito de acesso e permanência à educação.

Tais proposições ratificam a necessidade de um esforço efetivo para que realmente sejam ampliadas as garantias e condições educacionais e de vida digna da população do Jequitinhonha. As ações devem buscar a ressignificação da capacidade de autonomia dos indivíduos pelo processo formativo que, juntamente a outras ações das demais políticas setoriais, possam reposicionar a importância dos territórios do Alto e Médio/Baixo Jequitinhonha como região próspera no mapa de desenvolvimento do estado em conformidade com suas vocações.

8 REFERÊNCIAS

AL-MG 21/11/2015 - Pg. 27 | Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Disponível em: www.jusbrasil.com.br/diarios/104735230/al-mg-21-11-2015-pg-27. Acessado em: 30/agosto/2016.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acessado em 29/julho/2016.

Caminho da Escola - FNDE. Disponível em: www.fnde.gov.br/programas/caminho-da-escola/caminho-da-escola-apresentacao. Acessado em: 30/agosto/2016.

DECRETO Nº 5.800, DE 8 DE JUNHO DE 2006. Universidade Aberta Brasil (UAB) em 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm. Acessado em 30/agosto/2016.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS)**. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: < <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/produtos-e-servicos/1/2741-indice-mineiro-de-responsabilidade-social-imrs-2>>. Acesso em: junho de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 2010**: documentação dos microdados da amostra.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSSIO TEXEIRA (INEP). Nota Técnica CGCQTI/DEED/INEP nº 11/2015. Disponível em: http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2014/docente_regularidade_vinculo/nota_tecnica_indicador_regularidade_2015.pdf. Acessado em: 30/agosto/2016.

Ministério da Educação – Educação Superior à Distância - Lei 9.394/96 (LDB) (1996). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/instituicoes-credenciadas/educacao-superior-a-distancia>>. [Acesso em: 20/07/2016.](#)

Ministério da Educação - Fundação Capes – Educação a Distância – Universidade Aberta do Brasil. Disponível em: <<http://sisuab.capes.gov.br/sisuab/PesquisasUAB/ConsultaPolos.action>>. Acesso em: 20/07/2016.

Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa– PNAIC. Disponível em: pacto.mec.gov.br/. Acessado em: 10/agosto/2016.

Pedagogia Da Alternância. Disponível em: <https://amefa.wordpress.com>. Acessado em 01/agosto/2016.

Plano Estratégico do Norte e Nordeste de Minas Gerais – PESI. Disponível em <http://www.sedinor.mg.gov.br/cidadao/acoes/acoes>. Acessado em: 29/agosto/2016.

Plano Nacional de Educação (2014/2024). Disponível em: pne.mec.gov.br. Acessado em 29/agosto/2016.

Pnate - FNDE. Disponível em: www.fnde.gov.br/programas/transporte-escolar/transporte-escolar-apresentacao. Acessado em: 30/agosto/2016.

Programa Brasil Alfabetizado – NOVO. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17457-programa-brasil-alfabetizado-novo>. Acessado em 1/setembro/2016.

Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil. Proinfância - FNDE. Disponível em: www.fnde.gov.br/programas/proinfancia/proinfancia-apresentacao. Acessado em: 10/agosto/2016.

Projovem Campo – Saberes da Terra. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/projovem-campo-saberes-da-terra>. Acessado em: 30/agosto/2016.

RESOLUÇÃO CEE-MG Nº 449 de 01 de agosto de 2002 – Credenciamento, Recredenciamento, Autorização. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/images/stories/noticias/2011/Julho/resolucao-449-do-cee.pdf>. Acessado em 30/agosto/2016.

Reuni - Ministério da Educação. Disponível em: portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf. Acessado em 03/agosto/2016.

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (SEPLAG-MG) – Fóruns Regionais 2015 - Demandas de Devolutivas